



● Políticas públicas, turismo e emprego no litoral potiguar*

Jean Henrique Costa (jeanhenrique@uern.br)**

Resumo

O presente artigo discute a tríade “políticas públicas, turismo e emprego”, objetivando analisar as repercussões espaciais desencadeadas pelo desenvolvimento da atividade turística no estado do Rio Grande do Norte (RN), a partir da distribuição dos empregos formais originados entre os municípios englobados pelo PRODETUR/RN I. Destarte, as questões que nortearam este trabalho foram: em que medida a política pública de turismo denominada de PRODETUR/RN I foi eficaz para a geração de empregos nos municípios contemplados? Quais as características destes empregos? E como estes empregos se distribuem e repercutem espacialmente nos municípios integrantes? Isto posto, a área delimitada para o estudo abrangeu os seis municípios englobados por esse Programa: Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, Extremoz e Tibau do Sul. A pesquisa de campo se fundamentou na aplicação de 186 questionários com trabalhadores empregados no turismo litorâneo potiguar, além da realização (secundária) de oito entrevistas com atores sociais diretamente ligados ao tema. Como considerações finais da pesquisa, tem-se que existe uma assimetria no espaço turístico potiguar, onde Natal é o lugar que recebe os maiores benefícios proporcionados pela atividade, enquanto os demais municípios dão sustentação à atividade turística natalense.

Palavras-chave: Políticas públicas; PRODETUR/RN I; turismo; emprego; litoral.

Abstract

The current article discuss about the triad “public politics, tourism and employment”, focusing analyze spatial repercussions initiated by tourism activity development in Rio Grande do Norte State (RN), from distribution of formal employment originated among PRODETUR/RN 1 comprised counties. Thus, the issues which round this research were: on which way do tourism public politics denominated of PRODETUR/RN 1 were effective to the employment generation in contemplated counties? What are characteristics of these jobs? How do these jobs are distributed and reverberate spatially on constituent counties? If so, the delimited area of the study embraced six counties comprised by this Program: Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, Extremoz and Tibau do Sul. The field research was based on 186 questionnaire application with workers employed in potiguar coast tourism, higher than realization (secondary) of eight interviews with social actors directly connected to theme. With research final considerations, it is supposed that there is an asymmetry on tour potiguar space, where Natal is the space which receives the major benefits proportioned by activity, while further counties give sustaining to natal tour activity.

Key-words: Public politics. PRODETUR/RN 1. tourism. employment. seashore



Apresentação

O turismo no estado do Rio Grande do Norte (RN) é apresentado constantemente pela mídia como uma fonte de "desenvolvimento" regional e local, dados os investimentos auferidos e a real/potencial geração de "empregos" em seus diferentes setores. As políticas públicas do setor foram e são responsáveis pela captação de investimentos privados e sua conseqüente geração de postos de trabalho.

Em meados dos anos 90, o Governo do RN implementou o "Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte" – PRODETUR/RN I, com vistas à competitividade local enquanto destino regional e nacional. O referido Programa foi responsável por diversos investimentos em infra-estrutura nos espaços envolvidos, muito embora de forma assimétrica. Tais investimentos contribuíram para reforçar ainda mais os discursos positivos sobre o binômio "turismo e emprego".

Em decorrência destes discursos acrílicos acerca do turismo enquanto gerador de empregos e desenvolvimento local é que se justificou esta pesquisa, já que não se questiona a qualidade dos empregos gerados pela atividade turística; e, de maneira análoga, não se questionam os custos sociais desta política pública, isto é, a pertinência de seu modelo de "desenvolvimento".

A partir da problemática delineada acima, as questões que nortearam este trabalho foram: em que medida a política pública de turismo denominada de PRODETUR/RN I foi eficaz para a geração de empregos nos municípios contemplados? Quais as características destes empregos? E como estes empregos se distribuem e repercutem espacialmente nos municípios integrantes?

Dessa forma, a área delimitada para o estudo abrangeu os seis municípios englobados por esse Programa: Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, Extremoz e Tibau do Sul. A delimitação temporal refere-se ao início de im-

plantação do referido Programa, ou seja, 1996, estendendo-se até os dias atuais. A pesquisa de campo fundamentou-se na aplicação de 186¹ questionários com trabalhadores empregados no turismo litorâneo potiguar, além da realização (secundária) de oito entrevistas com atores sociais diretamente ligados ao tema. A seguir, tem-se a estruturação teórica do escrito e suas considerações empíricas.

A natureza do espaço turístico

O espaço geográfico para a "geografia do capitalismo", conforme termo trabalhado por Neil Smith (1988), significa, nas palavras de Milton Santos (1999), um sistema de objetos cada vez mais artificiais, a partir de ações igualmente artificiais estranhas ao lugar e seus habitantes (Santos, 1999). Assim posto, define-se o mesmo como um espaço socialmente produzido, condicionado e condicionante, distante da noção de espaço receptáculo presente na "geografia tradicional". O espaço turístico, por sua vez, assim como os demais espaços (industrial, agrícola etc), constrói-se sob esta mesma fundamentação, embora com certas singularidades.

O espaço turístico não foge desta lei capitalista inexorável e se converte em mercadoria, passando em muitos casos a comandar os ditames de toda a lógica de ordenamento e condução da vida de muitas cidades. No atual contexto de globalização, o espaço turístico assume uma função produtiva, pelo fato de tratar-se do uso de fatores físicos e culturais que precisam de toda uma série de serviços para que sejam passíveis de serem comercializados turisticamente. Tais espaços turísticos, na medida em que materialmente se tornam mais complexos (competitividade empresarial), criam e recriam novas formas e arranjos espaciais: redes de empresas, serviços específicos, infra-estrutura, órgãos públicos setoriais, postos de trabalho etc. Estes últimos, expressos sob a forma da categoria "emprego", auferem às populações locais novas formas de inserção na

*. Síntese extraída da dissertação de mestrado do autor – PPGE/UFRN – 2007, texto originalmente intitulado de "Trabalhadores de Verão: políticas públicas, turismo e emprego no litoral potiguar". Tendo em vista o seu caráter sinóptico, diversos aspectos teóricos, históricos e conclusivos foram limitados neste breve escrito.

** Sociólogo (DCS/UFRN), bacharel em Turismo (UnP), especialista em Demografia (DEST/UFRN) e mestre em Geografia (PPGE/UFRN). Atualmente é doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DCS/UFRN). Professor do curso de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

1. O número de 186 trabalhadores pesquisados não é suficiente para uma inferência probabilística. Conclui-se, por conseguinte, que todas as conclusões do estudo se referem apenas ao caso em questão. Foram aplicados 104 questionários diretamente com os equipamentos de hospedagem destes municípios. Outros 50 foram aplicados, de forma auto-instruída, com trabalhadores transeuntes pelo sindicato da categoria (Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do RN – SECHS). E por fim, outros 32 foram coletados com estudantes de dois cursos superiores em turismo que ora estavam ingressos no mercado de trabalho (turístico), também auto-instruídos. A pesquisa de campo direta foi realizada nos meses de março e abril do ano de 2006.

A eficácia quanto à geração de empregos pelo PRODETUR/RN I mensurou-se através de dados secundários sobre os empregos turísticos formais existentes no RN, numa evolução temporal do ano de 1994 a 2003, período de vigência do Programa. Estes dados apoiaram-se nos estudos de Pedrosa & Freire (2005), IPEA (2006) e IBGE/CEMPRE (2004).

As características dos empregos foram levantadas a partir da análise de blocos temáticos e suas respectivas variáveis componentes, ou seja, genericamente: histórico do trabalhador na atividade turística; remuneração; jornada de trabalho; benefícios; saúde ocupacional/segurança no trabalho; e relação sindical. Tais variáveis foram obtidas em campo (trabalhadores captados diretamente nas empresas – por acessibilidade) e analisadas através de apreciação quantitativa.

Por fim, a distribuição e repercussão espacial destes empregos se referem à abrangência desta política pública de turismo, no sentido de avaliar em que medida o PRODETUR/RN I induziu a geração de empregos nestes seis municípios contemplados e qual a repercussão espacial dos empregos nestas localidades. Este é o interesse central da pesquisa, uma vez que avalia a atuação do Programa no RN e a pertinência do seu modelo de desenvolvimento, observando-se os espaços ganhadores e os perdedores.

vida econômica, muito embora o conteúdo e as perspectivas desta inserção não correspondam às expectativas descritas pelas apologias da atividade turística, devido às novas regras do jogo estipuladas pelo novo período da acumulação capitalista.

A acumulação flexível do capital e o emprego turístico

Esta acumulação flexível do capital trouxe para a reprodução da força de trabalho uma série de implicações nada idílicas. Antunes (2002) sintetiza os fatores que conduziram ao advento desta acumulação não-rígida e resume como a necessidade do trabalhador ser flexível, isto é, operar várias máquinas, rompendo a idéia do homem-máquina fordista. Com isso emerge a concepção de polivalência do trabalhador; o trabalho deve ser em equipe, rompendo com o trabalho especializado e parcelar fordista; a organização do trabalho deve ser flexível, ou seja, deve haver agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados; "Kanban, Just in Time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, Controle da Qualidade Total, eliminação de desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, ente tantos outros, propagam-se intensamente" (Antunes, 2002).

Esta flexibilidade para Bresciani (1996) pode ser visualizada através da chamada terceirização de mão-de-obra; através do achatamento da pirâmide hierárquica; das mudanças na organização da produção – polivalência, equipes de trabalho etc. Desta forma, o toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependendo das condições de mercado". Esta flexibilização, de acordo com Giddens (2004), se materializa na produção flexível, no trabalho em equipe e no trabalhador polivalente. Como resultado global do processo, Antunes (2002) afirma que

houve uma desproletarização do trabalho industrial, onde paralelamente efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços. Concomitantemente, verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, 'terceirizado', que marca a atual sociedade no capitalismo avançado.

Na realidade brasileira, estas mudanças advieram pós década de 90. Mattoso (1999) alerta para dois pontos fundamentais que ocorreram na realidade econômica brasileira, mesmo esta sendo em nível mundial: 1. Desemprego elevado; 2. Precarização das condições e relações de trabalho. Estas duas transformações negativas não ocorreram somente num setor econômico, ainda que se possa sentir mais acentuado em alguns, realça o autor. Também não podem ser atribuídos à falta de capacidade dos trabalhadores, conforme mostra a falsa idéia de "empregabilidade" difundida pelo neoliberalismo. Nem exclusivamente a elementos internacionais, tecnológicos ou sazonais, como quiseram dizer os governantes responsáveis pelo período. É como se a crise fosse uma condição obrigatória do cenário externo, apontam os alardeadores governistas da chamada "Era FHC". Como coloca Mattoso (1999, p.9), a deterioração do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990 foi um "fenômeno de amplitude nacional", resultado do intenso processo de desestruturação do mercado de trabalho ocorrido nos anos 90; sobretudo, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Tal período teve como ponto principal uma acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais. Esta constatação é fundamental para o entendimento da crise

brasileira, pois freqüentemente a associam a fatores externos. É como se o problema não fosse de responsabilidade dos governos nacionais, mas sim do cenário internacional.

Natureza e expansão do turismo potiguar: breve síntese

O turismo no estado do Rio Grande do Norte inicia-se com a construção da Via Costeira (meados dos anos 80), resultado da política de megaprojetos para a região Nordeste. A construção desta Via Costeira baseia-se no que chamamos de privatização do patrimônio público a baixo custo, fenômeno este ligado à privatização de extensos trechos de litoral voltados ao capital, processo expressivamente irregular quanto ao sistema geral de preços ligado à base fundiária e de caráter eminentemente excludente da população local. Francisco de Oliveira, citado por Lopes Júnior (2000), considera tal fenômeno como o desenvolvimento econômico via afirmação do "Estado de mal-estar social". Para Cavalcanti, a expansão do turismo no RN não fugiu a essa regra estrutural de desenvolvimento, "onde o Estado assumiu papel decisivo possibilitando ao capital privado condições atrativas, além de fornecer a esse capital toda a infra-estrutura necessária a sua instalação e expansão" (1993, p.127-128). Assim como colocou Lopes Júnior (2000), Cavalcanti (1993, p.129) também é enfática ao afirmar que o projeto de maior impacto do Governo do Rio Grande do Norte referente ao turismo, dentro do quadro de desenvolvimento privilegiado pelo II PND, foi o projeto Parque das Dunas/Via Costeira.

O atual quadro empírico revigorou-se ainda mais com a implementação do "Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte", intitulado PRODETUR/RN, em sua primeira versão, implementada "efetivamente" entre os anos de 1995 e 2002. Esta, em sua primeira versão no Rio Grande do Norte, abarcou seis municípios potiguares, nos quais possibilitou aos mesmos uma nova, porém desigual, dinâmica

de interação espacial (ver mapa 01). Estes – Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, Extremoz e Tibau do Sul – ganharam uma nova conotação no cenário turístico estadual, uma vez que a política de turismo foi responsável por investimentos em infra-estrutura nestes municípios envolvidos.

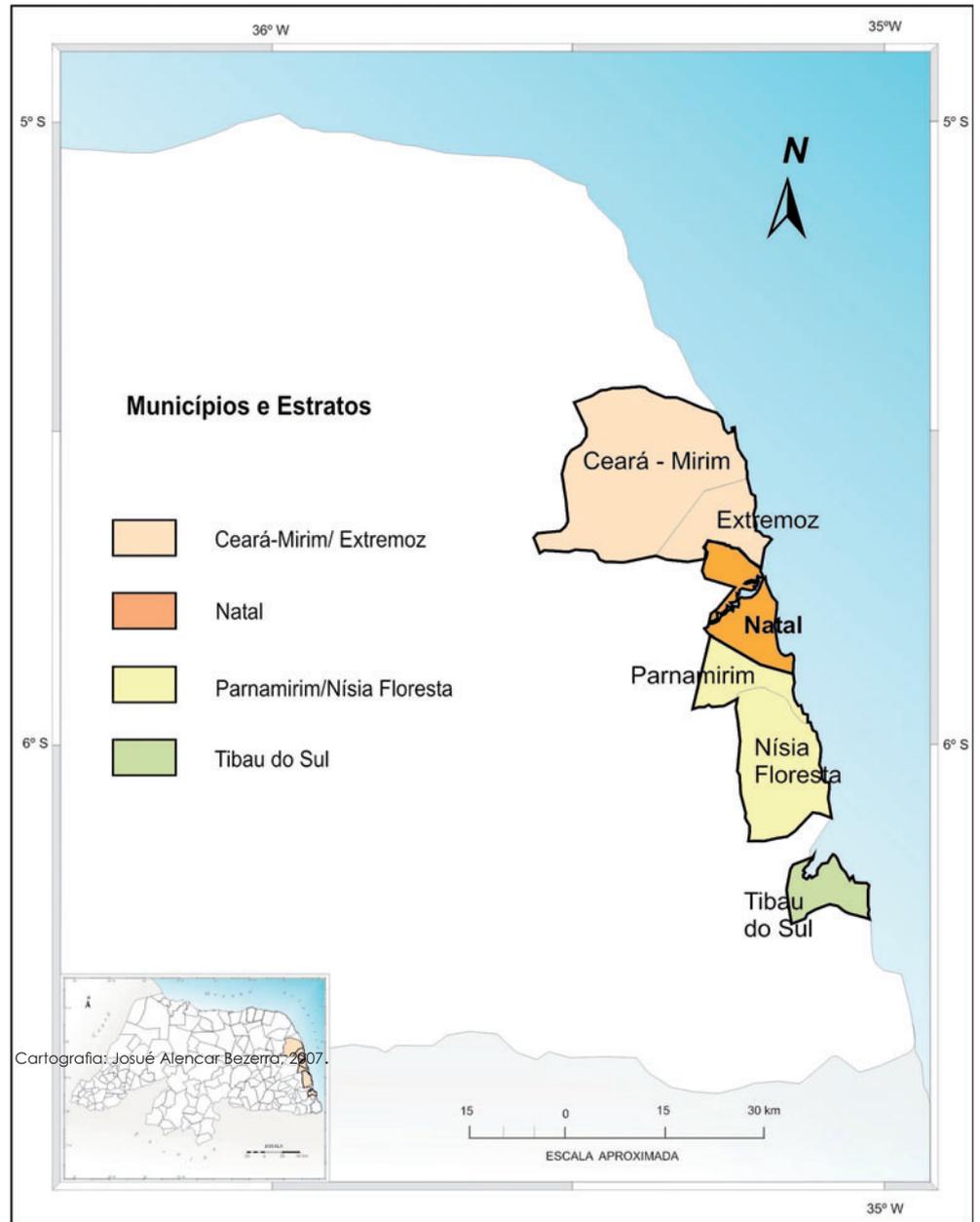
Primeiramente, esta política pública de turismo no RN, não apenas no discurso, mas efetivamente em suas ações, foi o agente viabilizador do turismo potiguar. Isto se deu não através da omissão do Estado, mas fundamentalmente a partir de suas ações, implementando a materialidade da infra-estrutura (por exemplo, a ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo, re-urbanização do bairro de Ponta Negra, estradas etc.); criando o ambiente competitivo para as empresas (incentivos indiretos diversos); e divulgando o "produto turístico RN" nos cenários nacional e internacional. Natal, segundo documentos oficiais do Programa, foi o município mais tocado pelas ações do PRODETUR/RN I, abarcando cerca de 80% dos recursos (Fonseca, 2005).

O espaço produzido por estas ações foi um espaço construído capitalisticamente com fins turísticos e não com fins sociais na perspectiva do residente. Isso leva a refletir sobre o lugar do morador na nova lógica de produção e organização do espaço, com vistas ao desmanche da idéia patriótica consensual que o turismo é condição ímpar para o desenvolvimento do estado e a criação de um novo pensar, este fundamentado num novo modelo de desenvolvimento econômico.

A assimetria no espaço turístico potiguar e as características do emprego na atividade

Como considerações empíricas da pesquisa, têm-se que existe uma assimetria no espaço turístico potiguar, onde Natal é o espaço que recebe os maiores benefícios proporcionados pela atividade, enquanto os demais municípios dão sustentação à atividade turística natalen-

Mapa 1 – Localização da área de estudo: PRODETUR/RN I – municípios e estratos



se. Dessa forma, os municípios periféricos (todos exceto Natal) englobados no PRODETUR/RN I exercem o papel de subprodutos da cidade capital, onde a precarização das relações de trabalho se acentua ainda mais nestes espaços "secundários". A política pública, ao invés de tentar equalizar os benefícios da atividade nos seis municípios, contribui substancialmente para reforçar o nível de centralidade de Natal.

O PRODETUR/RN I foi capaz de gerar, indiretamente, significativos empregos², muito embora a maioria destes se situe nos níveis operacionais da atividade, com as características vislumbradas pela pesquisa (baixa escolaridade, ínfimos rendimentos, informalidade, elevadas jornadas de trabalho, baixo grau de sindicalização etc); os empregos gerados se localizam expressivamente em Natal³; e os demais municípios servem como elementos de apoio para a capital enquanto produto central das decisões sobre o turismo no estado do RN, tendo, portanto, uma repercussão sócio-espaacial restrita.

As condições e relações de trabalho que se estabelecem na atividade turística seguem a tendência estrutural vigente atualmente no mundo do trabalho, ainda que com características singulares resultantes das especificidades do setor: sazonalidade, limitada racionalização do trabalho, demanda elástica, bem supérfluo, baixa profissionalização da mão-de-obra etc. Desta forma, parte da literatura estudada caracteriza as condições de trabalho em turismo como tendo as seguintes características: são as maiores taxas de rotatividade do setor; há elevada e crescente participação de trabalhadores autônomos e das pequenas firmas; e vigoram mecanismos distintos de formação de salários – capital humano, gênero, raça, idade, sindicatos etc. (Arbache, 2001); verifica-se baixa remuneração e baixa escolaridade dos trabalhadores (Fonseca; Petit, 2002); parte expressiva dos trabalhadores situa-se nos níveis operacionais, enquanto uma ínfima parcela está nos níveis de direção, inclusive gerencia-

mento (Paiva, 1995); há o caráter sazonal da atividade, fraca qualificação, baixa produtividade, flutuação do pessoal (trabalho apenas como interesse transitório) e condições de trabalho penosas e pouco atrativas, devido a jornadas de trabalho altas e em horários inadequados (Cunha, 1997).

Ocorre rotatividade de mão-de-obra aos objetivos das empresas; empregados em diferentes postos de funções (polifuncionalidade); estratégia do distanciamento, que envolve o deslocamento das relações internas da política de empregos através de relações comerciais do mercado, por meio da subcontratação e de outros procedimentos semelhantes – a chamada terceirização –; flexibilidade de pagamento – trabalhadores essenciais e periféricos; uso generalizado de empregados em turno parcial, para dar conta das flutuações da demanda durante o dia; de empregados temporários, sazonais, que atendam o muito conhecido caráter sazonal dessa mesma demanda, e da subcontratação para certas funções; nítida divisão quanto à flexibilização do gênero, na forma e na amplitude dessas várias e flexíveis práticas de trabalho (Urry, 1996); há elevado percentual de trabalhadores atuando em tempo parcial; elevado percentual de trabalhadores temporários; importante presença de mulheres com contratos em tempo parcial; escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade; importante presença de jovens com baixa qualificação empregados no setor esporadicamente; menor remuneração do que outros setores econômicos; maior número de horas trabalhadas por semana, com horários e turnos especiais; e baixo grau de sindicalização (OMT, 1998).

Correlacionando os dados com o desvendado bibliograficamente, percebe-se uma similaridade bastante clara entre o conteúdo trabalhado pela dissertação e o obtido via pesquisa de campo, ou seja, os dados *in loco*. Vêem-se nos dados colhidos com os trabalhadores, de maneira geral, trabalhadores

2. Pedrosa & Freire (2005) utilizam dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE) para caracterizar a relação entre a ampliação da demanda empresarial e a paralela oferta de empregos criados. No RN, as autoras apontam uma variação de 535,12% quanto ao aumento no número de estabelecimentos turísticos e uma variação de 68,74% quanto ao crescimento de empregos na atividade turística, tomando como recorte temporal os anos entre 1994 e 2003 – período de vigência do PRODETUR/RN I. Considerando os empregos formais criados pela atividade turística no RN, no ano de 1994, havia 689 estabelecimentos operando na atividade, ocupando 10.802 trabalhadores; enquanto que, no ano de 2003, houve um aumento para 4.376 estabelecimentos e 18.227 empregos criados, ilustrando as variações já descritas (muito embora este crescimento se verifique basicamente em Natal).

3. Tal centralidade se evidencia através dos dados contidos no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa das Dunas (cad. 2002), em avaliação ao PRODETUR/RN I, ao apresentar estimativas (construídas percentualmente pelo presente autor) que mostram que 83,69% dos empregos criados se concentram em Natal, enquanto que, no período do estudo, Tibau do Sul detinha apenas 7,1%, Extremoz 4%, Pamamirim 3,53%, Nísia Floresta 1,05% e Ceará-Mirim apenas 0,58%. Essa desproporção é também verificada nos dados contidos em SEBRAE RN (2002), em que se observa novamente uma acentuada e previsível centralidade natalense quanto aos empregos turísticos do RN. Em Natal, vê-se uma concentração de 79,86% dos empregos totais do espaço turístico do PRODETUR/RN I; Tibau do Sul, 2º lugar nesta desproporção, insere-se no jogo com apenas 12,24%; Extremoz com 3,90%; Pamamirim com 2,04%; Nísia Floresta com 1,33%; e Ceará-Mirim, novamente último da lista, participando com apenas 0,59% dos empregos turísticos.

predominantemente jovens (68,2% possuem entre 18 e 33 anos); baixa escolaridade média (38,4% não possuem o segundo grau completo); não realização de cursos específicos para o exercício do trabalho, principalmente nos municípios periféricos; trabalhadores oriundos de uma ampla gama de atividades desconexas ao turismo (72,1%); motivação profissional fortemente aliada à falta de trabalho (41,3%) e indicação de terceiros (35,6%); rotatividade da mão-de-obra elevada nos primeiros anos de trabalho; percentual expressivo de trabalhadores sem vínculo formal de trabalho (24%); baixo rendimento salarial (61,5% recebem até 1 salário mínimo; 31,7% recebem entre 1 e 2 salários mínimos; e somados, 93,2% recebem até 2 salários mensais); importante presença das remunerações extras como mecanismo de complementação salarial (57,7%); baixo percentual de benefícios de integração do trabalhador na empresa, basicamente restritos à alimentação na mesma (80,8%) e ajuda no transporte (53,8%); percentual significativo de desconto destes mesmos benefícios (36,5%); acentuado regime de trabalho flexível, ou seja, sem turno estável de trabalho (30,8%); ampliação da jornada de trabalho (8,7% informaram trabalhar acima de 14 horas diárias, sobretudo na alta estação); marcante presença da hora-extra de trabalho (63,5%) e baixo percentual de remuneração desta hora-extra sob a forma "dinheiro" (28,8%); importante percentual de trabalhadores sem folga semanal (10,6% trabalham os sete dias semanais); existência de doenças ocupacionais, basicamente cansaço físico e mental - *stress* (23,1%); e baixo grau de sindicalização (41,3% não são sindicalizados).

A realidade da precariedade vigente nestas condições e relações de trabalho se acentua fortemente nos municípios periféricos (Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim, Nísia Floresta e, em menor escala, Tibau do Sul). No espaço natalense vigoram as condições laborais mais atrativas, sobretudo devido à complexida-

de do espaço turístico vigente e as maiores possibilidades de inserção dos trabalhadores nos benefícios da atividade. Esta afirmação ratifica o construído pela hipótese da pesquisa, já que a assimetria teve como agente indutor o estado, ao privilegiar Natal como espaço principal. O estado reforça a desigualdade existente anteriormente.

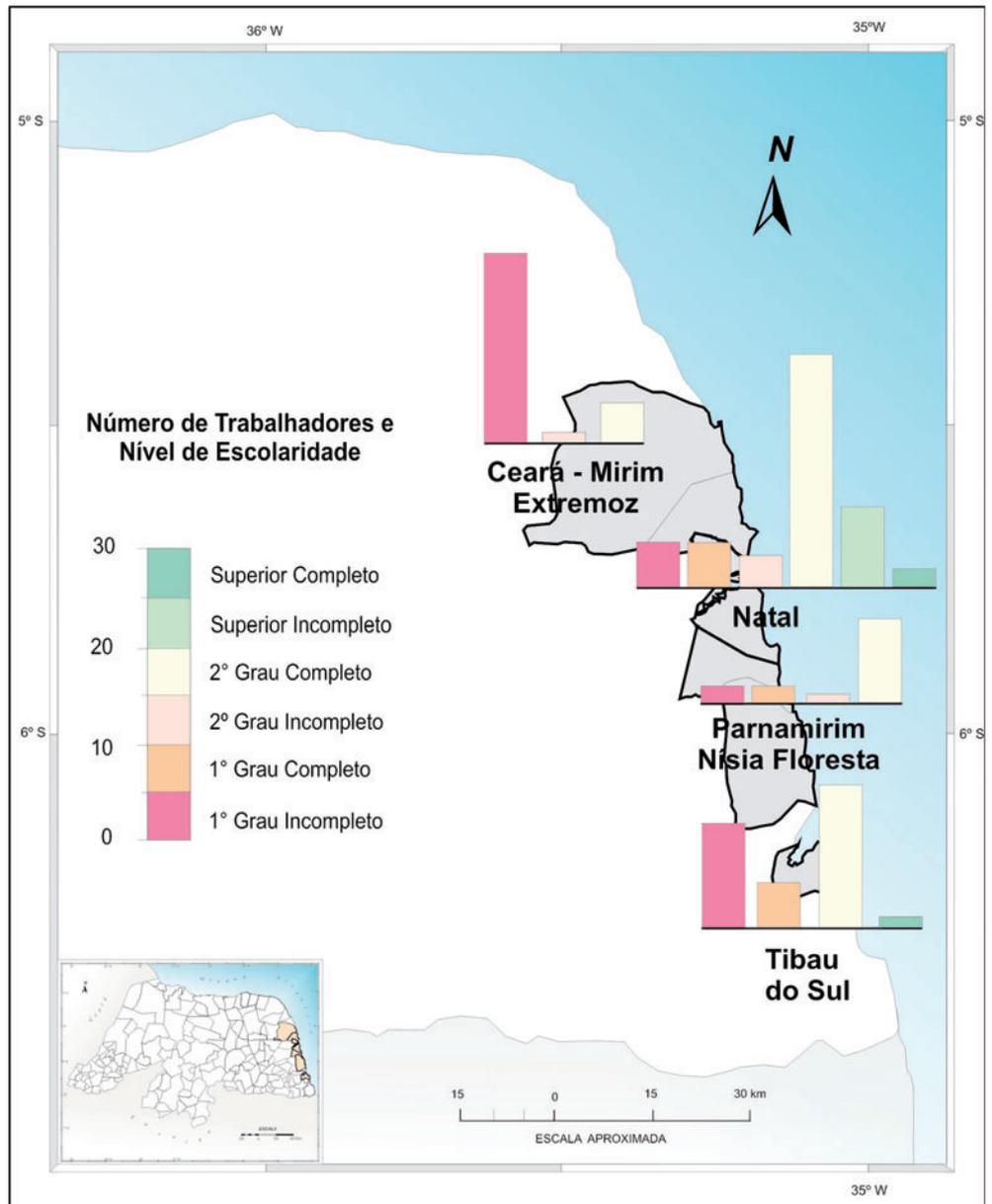
Diferenciando os estratos em análise, a seqüência cartográfica a seguir apresenta didaticamente a maior atratividade da ocupação profissional na cidade do Natal caso comparada aos demais espaços.

Sintetizando o apresentado, o PRODETUR/RN I, ao reforçar o nível de centralidade natalense frente a sua hinterlândia subsidiária, contribuiu robustamente para a não inserção dos municípios periféricos na dinâmica luminosa do turismo potiguar, restando a estes, genericamente, a condição de subprodutos do turismo natalense e a visível baixa atratividade da ocupação laboral turística. Os mapas delineiam o afirmado: menor escolaridade, menor formalização dos contratos de trabalho, menor remuneração, "maiores" jornadas de trabalho e menores taxas de sindicalização. Não há outra nomenclatura para essa análise que não seja precarização das condições e relações de trabalho em maior escala nos espaços deprimidos.

Considerações finais

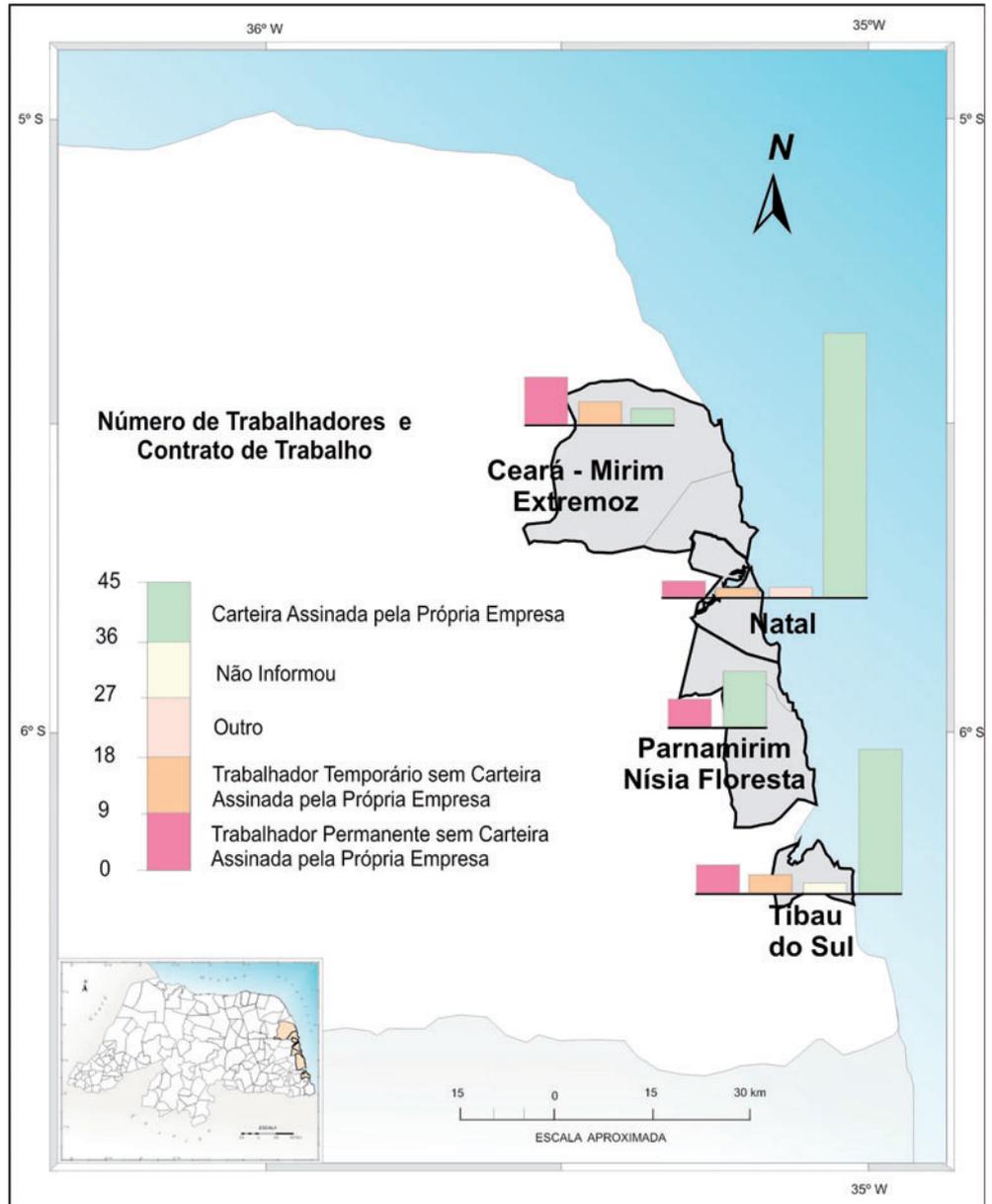
Felipe (2002, p.233) é sucinto ao afirmar que no Rio Grande do Norte os detentores do poder, enquanto sujeitos ativos da dominação, submetem-se à lógica global do capital e criam as condições para a concentração de investimentos em Natal e seu entorno. Este autor exemplifica tal afirmação com dados sobre a reforma do Aeroporto Internacional Augusto Severo, a urbanização do bairro de Ponta Negra (área natalense mais luminosa), a construção do complexo viário do estádio de futebol Machadão etc., sem falar dos investimentos também direcionados à cidade

Mapa 2 – Trabalhadores e escolaridade – 2006



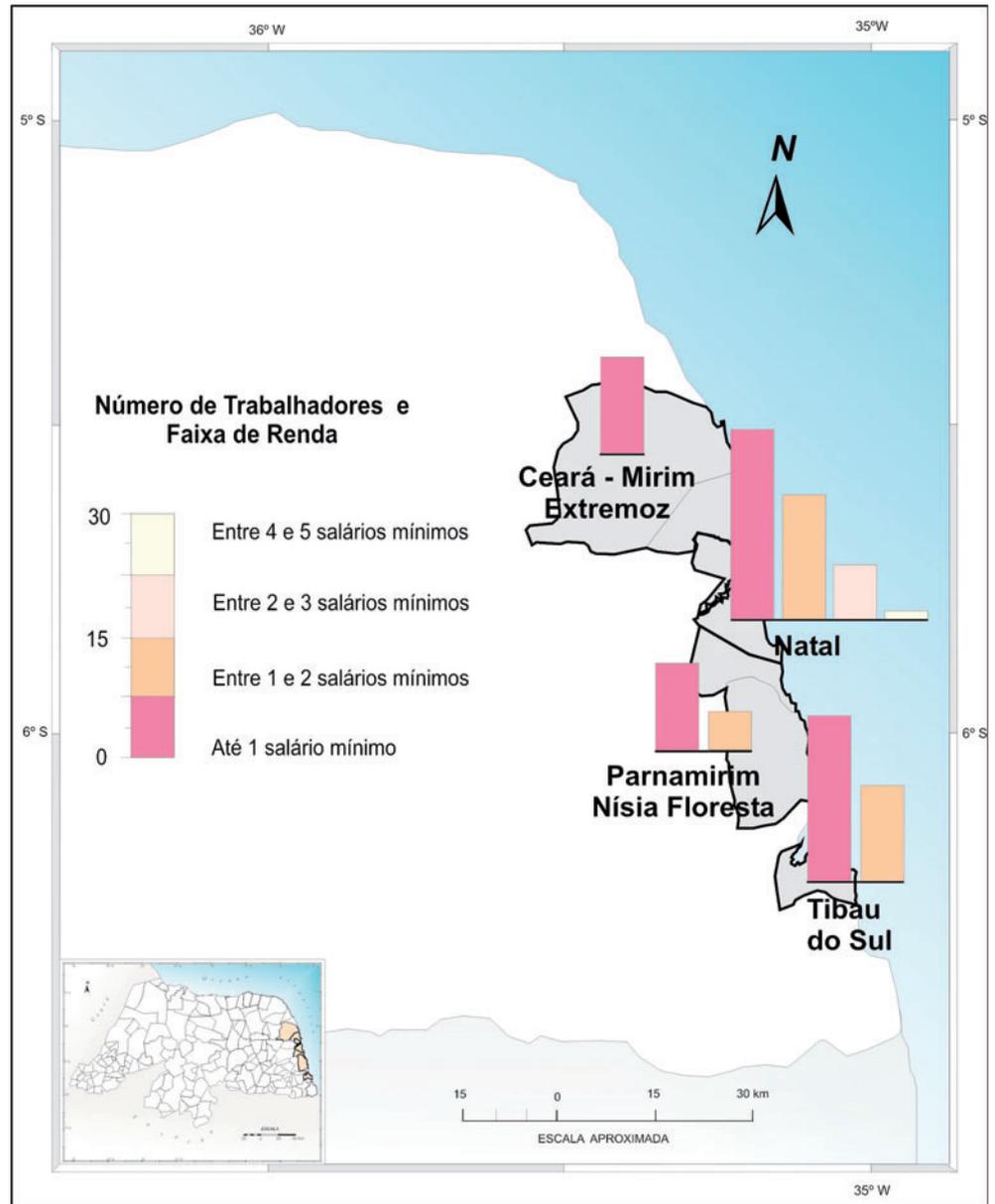
Fonte: Pesquisa de Campo – Jean Henrique Costa (2006).
 Cartografia: Josué Alencar Bezerra, 2007.

Mapa 3 – Trabalhadores e contrato de trabalho – 2006



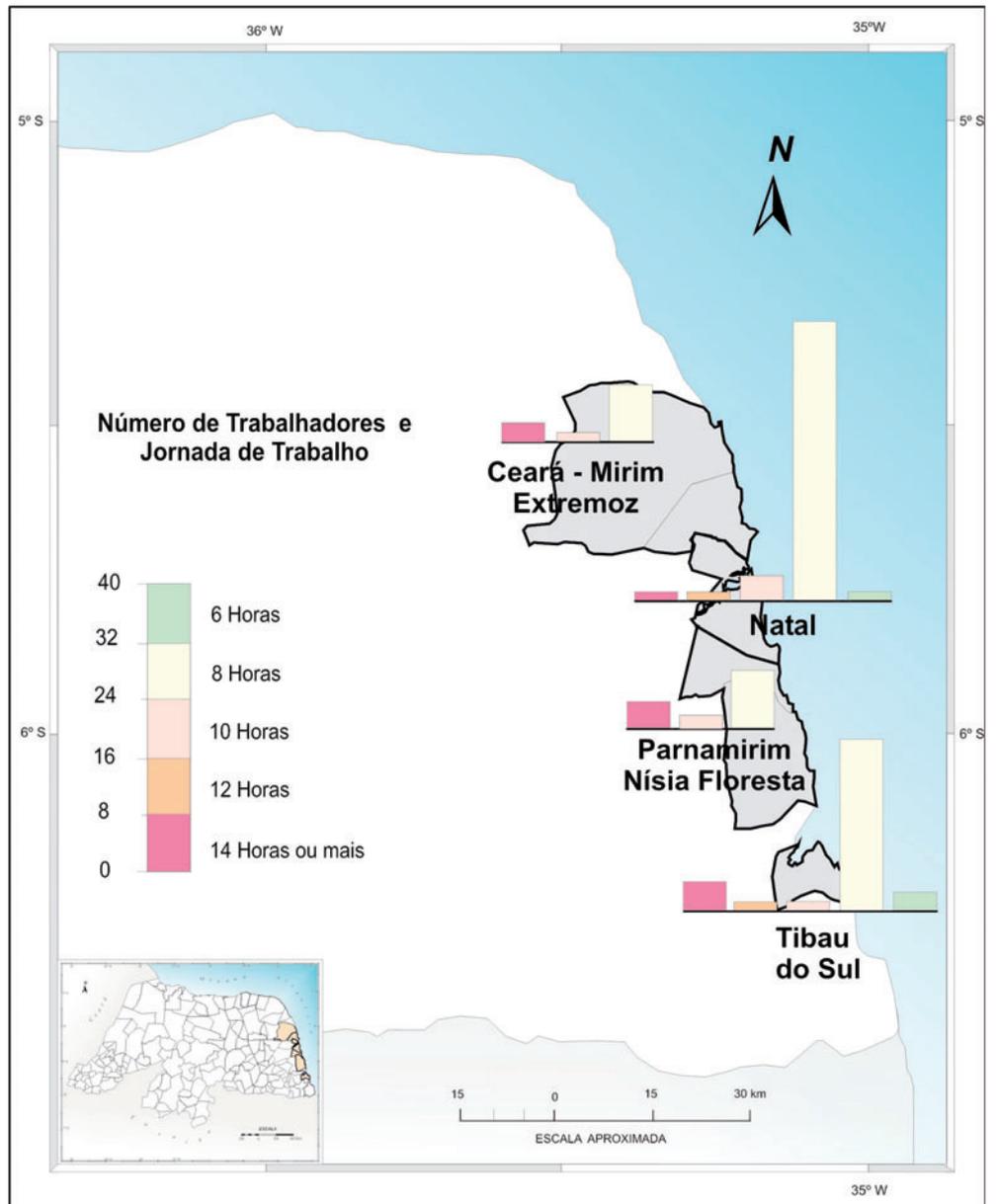
Fonte: Pesquisa de Campo – Jean Henrique Costa (2006).
 Cartografia: Josué Alencar Bezerra, 2007.

Mapa 4 – Trabalhadores e faixa de renda – 2006



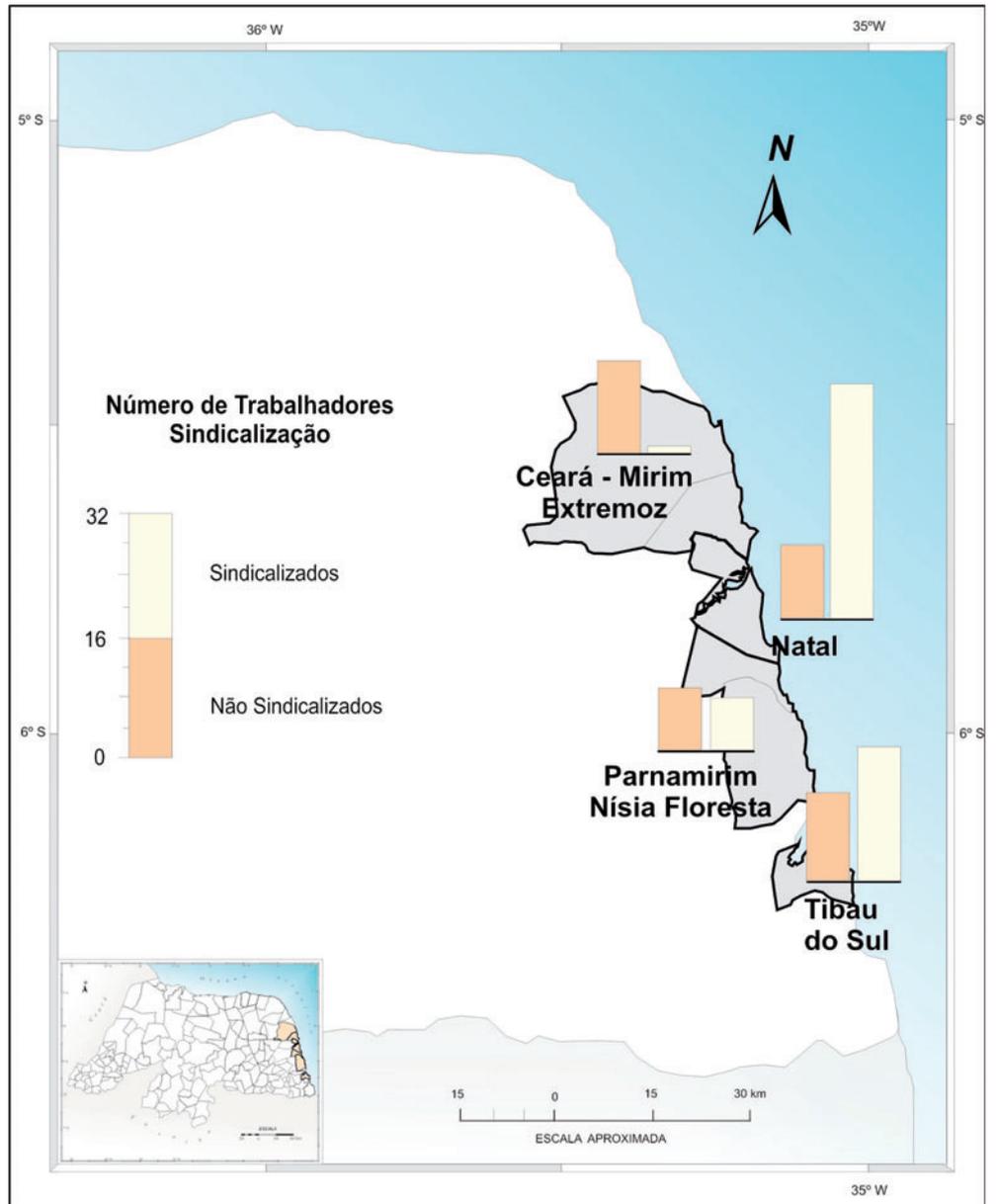
Fonte: Pesquisa de Campo – Jean Henrique Costa (2006).
 Cartografia: Josué Alencar Bezerra, 2007.

Mapa 5 – Trabalhadores e jornada de trabalho – 2006



Fonte: Pesquisa de Campo – Jean Henrique Costa (2006).
 Cartografia: Josué Alencar Bezerra, 2007.

Mapa 6 – Trabalhadores e sindicalização – 2006



Fonte: Pesquisa de Campo – Jean Henrique Costa (2006).
 Cartografia: Josué Alencar Bezerra, 2007.

em décadas recentes (pós 1980): Via Costeira, Rota do Sol etc.

Furtado (2005, p.60), em apreciação mais geral, afirma que:

O mesmo se verificou nas políticas de turismo, que privilegiaram aqueles locais onde a resposta ao capital privado era mais imediata, concentrando maior infraestrutura em determinadas cidades do país com tradição na atividade e relegando a um plano secundário locais que, embora possuidores de potencialidades, careciam de investimentos mais pesados para responder à racional visão de lucro que os empreendedores da iniciativa privada demandavam.

O PRODETUR/RN I, enquanto política pública, não foge à regra e segue tal tendência intrínseca à natureza do Estado capitalista, ou seja, parafraseando Marx: “perpetuar a dominação de classes”. Em outras palavras, o planejamento no modo de produção capitalista expressa os interesses da classe hegemônica e objetiva “ocultar/amenizar” os conflitos sociais. Francisco de Oliveira (1981, p.23, grifo nosso) é enfático ao dizer que “o planejamento não é [...], portanto, apenas como uma técnica de alocação de recursos, em qualquer nível, nem como uma panacéia [remédio para todos os males]; escapa, pois, [...] à discussão muitas vezes bizantina [tola] sobre a **neutralidade** do planejamento e seu oposto, sobre seu caráter revolucionário”.

Interpretando Oliveira (1981, p.24), ao sintetizar o planejamento no capitalismo como “a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital”, tem-se que as políticas públicas de turismo não são políticas destinadas à “massa da população” e sim ao capital. Uma vez que tais ações do PRODETUR/RN focalizam genericamente suas principais estratégias em Natal (força centrípeta que busca vantagens locais), e que destina para os demais municípios obras de peso inferior (basicamente estradas), fica evidente que, ao contrário de seu discurso social e democrático⁴, o objetivo de tal programa foi beneficiar o espaço turístico natalense (a elite

política e o capital não estão na periferia). Este beneficiamento deu-se mediante à inclusão dos espaços secundários (litoral de Parnamirim, Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Tibau do Sul) como apêndices do turismo natalense, ampliando, assim, ainda mais a dependência destes espaços deprimidos frente à modernidade do espaço turístico de Natal.

Essa força centrípeta que atrai investimentos para dadas localidades é proporcionada pelas vantagens “locais” de cada espaço (vantagens criadas e naturais). Cabe ao Estado tentar minimizar estas vantagens locais. No entanto, o que vem se observando é que o Estado, contrariamente, tende a reforçar estas desigualdades, via seletividade espacial em suas ações.

Quanto à reprodução social dos trabalhadores diretamente ocupados na atividade, tem-se que a mesma dicotomia centro/periferia, embora numa discrepância reduzida, vigora no quadro atual das condições e relações de trabalho do turismo norte-rio-grandense. Considera-se uma “discrepância reduzida” em razão de que Natal, por ter um espaço materialmente racionalizado para a atividade, hipoteticamente deveria apresentar um grau de precarização das relações de trabalho significativamente menor. No entanto, o que se observa nos dados da pesquisa é uma precariedade geral, mesmo Natal possuindo algumas singularidades que tornam o emprego turístico em seu espaço mais atrativo.

Racional e quantitativamente, os empregos se concentram em Natal, devido ao fato de ser o espaço privilegiado pelo turismo no RN, contar com a melhor infraestrutura/serviços e também por ter mais ampla oferta de mão-de-obra. Tal constatação é inquestionável e os dados/fontes secundárias, apesar de serem limitados, oferecem contribuições à realidade da atividade. Sob o aspecto quantitativo, a distribuição espacial do emprego turístico nos municípios analisados se concentra em Natal, tendo Tibau do Sul com uma parcela,

4. “O Governo do Estado se propõe a dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico e social de toda a região impactada pelos investimentos que provocaram o início deste processo, envolvendo-se todos os municípios beneficiados com investimentos públicos, no sentido de proporcionar um crescimento equilibrado, harmônico e sustentável” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DAS DUNAS, ca. 2002, grifo nosso).

em termos *relativos locais*, importante no nível de ocupação.

Por outro lado, referindo-se às variáveis vigentes nas condições e relações de trabalho, percebe-se uma diferenciação do emprego turístico natalense em relação aos demais municípios. O emprego turístico natalense em vigor apresenta remuneração menos abjeta; qualificação profissional mais expressiva; filiação sindical menos desconexa; política empresarial de benefícios mais presente; jornada de trabalho, embora ampla, menos distante da CLT; etc. Todavia, e isso é o fundamental, estes ainda são bastante precários, em conformidade à tendência estrutural vigente no setor em nível global. Mesmo assim, tem-se que o avanço da materialidade do espaço turístico de Natal contribui para maior inserção e reprodução do trabalhador na atividade, embora não seja possível, como apontam os apologistas, tornar o trabalho em turismo mais "sedutor", conforme nos apresentaram os dados obtidos em campo.

Por fim, a consequência mais límpida deste processo é a periferização dos municípios secundarizados pelo PRODETUR/RN I. Na medida em que a ação da política beneficia Natal em detrimento dos demais espaços contemplados pelo Programa, atribui a estes menor capacidade de inserção no quadro de desenvolvimento turístico do Estado, gerando novas e acentuando pretéritas dependências.

Evitando teleologias e não partindo da premissa que as coisas vão se reverter (conforme se percebeu na fala dos entrevistados do poder público), concordamos com Mattoso e Pochmann (1995) quando estes afirmam que "o enfrentamento dos problemas que afetam o mundo do trabalho (desemprego, precarização, reduções salariais, elevação da jornada de trabalho) dificilmente poderá ser realizado através de políticas limitadas ao mercado de trabalho, sejam elas de maior ou menor desregulamentação". Em outras palavras, são necessárias políticas públicas reguladoras,

em um contexto de crescimento econômico mais acentuado, pautadas no melhoramento material das condições de vida da população – infra-estrutura de saneamento, habitação, transportes, educação, saúde etc. O PRODETUR/RN não partiu dessa premissa e o resultado foi obviamente esperado: criação importante de postos de trabalho⁵, embora marcadamente indiretos (induzidos pela atividade – construção civil, em especial, devido ao boom da produção imobiliária), precários e informais.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ARBACHE, J.S. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: UnB, 2001.
- BRESCIANI, L.P. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. **Anais... XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, out., 1996.
- CAVALCANTI, K.B. **Estado e política de turismo: o caso da Via Costeira da cidade de Natal**. Dissertação (mestrado em Administração) Natal: CCSA/UFRN, 1993.
- CRUZ, R.C.A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A.I.G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. Portugal: McGraw-Hill, 1997.
- FELIPE, J.L.A. O local e o global no Rio Grande do Norte. In: VALENÇA, M; GOMES, R. (orgs.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A.S. Editores, 2002.
- FURTADO, E.M. **A "onda" do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal**. Tese (doutorado). Natal: DCS/CCHLA/UFRN, 2005.
- FONSECA, M.A.P.; PETIT, A. Turismo e trabalho em áreas periféricas. **Scripta Nova**, Revista

5. Tendo em vista a realidade local deprimida, concerne ao desemprego e condições de vida.

Eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v.VI, n.119, p.128, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit>>.

FONSECA, M.A.P.. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFN, 2005.

GIDDENS, A. O trabalho e a vida económica. In: _____. **Sociologia**. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE/CEMPRE. **Cadastro Central de Empresas**. Tabela 1732. 2004. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=p&o=1&i=P>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

IPEA. **Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo no Brasil: a experiência do IPEA**. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/turismo/4_SistemadInformacao-es.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2007.

LOPES JÚNIOR, E. **A construção social da cidade do prazer: Natal**. Natal: EDUFN, 2000. (Originalmente apresentado como Tese – UNICAMP).

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

_____; POCHMANN, M. Globalização, concorrência e trabalho. **Anais...** Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1995.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma (re)ligião**. Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OMT. Cualidades requeridas para los profesionales en turismo. In: **Introducción al turismo**. Madrid: 1998. p.365-380.

PAIVA, M.G.M.V. **Sociologia do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.

PEDROSA, A.N.; FREIRE, L.L.R. **A atividade turística no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/pcr_prodetur_i_atividade_turistica_no_ne_etene.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DAS DUNAS. Natal, RN, ca. 2002. Disponível em: <<http://www.iadb.org/regions/re1/br/br0323/pdiitrn1.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRODETUR/NEI. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste**. Primeira Fase. Relatório Final de Projeto. Empréstimo 841/OC-BR – Projeto BR-0204. Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEBRAE-RN. **Inventário dos equipamentos turísticos do RN**. 2002. Disponível em: <<http://www2.rn.sebrae.com.br>>. Acesso em: 04 nov. 2005.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SZIVAS, E.; RILEY, M. El empleo turístico en los períodos de transición económica. **Annals of Tourism Research en Español**, v.I, n.2, p.298-324, 1999.

URRY, J. **O olhar do turista**. 2.ed. São Paulo: Nobel / SESC, 1996.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	28-nov-2007
Envio ao parecerista:	04-mar-2008
Recebimento do parecer:	21-mar-2008
Envio para revisão do autor:	24-mar-2008
Recebimento do artigo revisado:	31-mar-2008
Aceite:	07-jul-2008